

LEI ORGANICA



**MUNICIPIO DE
SÃO MARTINHO**

2004



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO

SUMARIO

TITULO I	DOS PRINCIPIOS FUNDAMENTAIS	Art. 1º a 4º
TITULO II	ORGANIZAÇÃO DO MUNICIPIO	
CAPITULO I	ORGANIZAÇÃO POLITICO ADMINISTRATIVA	Art. 5º a 6º
CAPITULO II ...	DOS BENS E DA COMPETENCI	Art. 7º a 9º
CAPITULO III ...DO PODER LEGISLATIVO		
SEÇÃO I	DISPOSIÇOES PRILIMINARES	Art. 10 a 19
SEÇÃO II	DAS ATRIBUIÇÕES DA CAMA RA.....	Art. 20 a 21
SEÇÃO III....	COMISSOES REPRESENTATIVAS.....	Art. 22 a 24
SEÇÃO IV	DOS VEREADORES.....	Art. 25 a 30
SEÇÃO V.....	DAS LEIS E DO PROCESSO LEGISLATIVO	Art. 31 a 39
CAPITULO IV		
SEÇÃO I	DO PREFEITO E VICE-PREFEITO.....	Art. 40 a 42
SEÇÃO II ...	DAS LICENÇAS E DAS FÉRIAS	Art. 43 a 44
SEÇÃO III ...	DAS ATRIBUIÇÕES PREFEITO	Art. 45
SEÇÃO IV	DAS REPONSABILIDADES DO PREFEITO.....	Art. 46 a 48
CAPITULO V ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL		
SEÇÃO I -....	DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS	Art. 49 a 51
SEÇÃO II....	DAS ASSESSORIAS	Art. 52 a 53
SEÇÃO III	DOS CONSELHOS MUNICIPAIS	Art. 54 a 56
SEÇÃO IV.....	DOS SERVIDORES MUNICIPAIS.....	Art. 57 a 67
SEÇÃO V	DA RESPONSABILIDADE DO PODER PUBLICO.....	Art. 68 a 70
TITULO III DA TRIBUTAÇÃO, DAS FINANÇAS E DO ORÇAMENTO		
CAPITULO I DO SISTEMA TRIBUTARIO		
SEÇÃO I	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	Art. 71
SEÇÃO II.....	DOS IMPOSTOS DO MUNICIPIO.....	Art. 72
SEÇÃO III....	DAS RECEITAS TRIBUTARIAS REPARTIDA.....	Art. 73 a 76
CAPITULO II DAS FINANÇAS PUBLICAS E DO ORÇAMENTO..... Art. 77 a 82		
TITULO IV DA ORDEM ECONOMICA E SOCIAL		
CAPITULO I	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	Art. 83 a 87
CAPITULO II...	DA POLITICA URBANA.....	Art. 88 a 91
CAPITULO III .	DA HABITAÇÃO	Art. 92 a 96
CAPITULO IV.....	DOS TRANSPORTES.....	Art. 97 a 100
CAPITULO V.....	DA POLITICA AGRICOLA.	
CAPITULO VI..	DA INSDUSTRIA E COMERCIO.....	Art. 101 a 102
CAPITULO VII...DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTOS, DO LAZER E DO TURISMO.		
SEÇÃO I	DA EDUCAÇÃO.....	Art. 103 a 117
SEÇÃO II....	DA CULTURA.....	Art. 118 a 122
SEÇÃOIII...	DO DESPORTO E DO LAZER.....	Art. 123 a 124
SEÇÃO IV....	DO TURISMO.....	Art. 130 a 131
CAPITULO VIII DA SAUDE E DA ASSISTENCIA SOCIAL		
SEÇÃO I	DA SAUDE	Art. 127 a 131
SEÇÃO II.....	DA ASSISTENCIA SOCIAL.....	Art. 132 a 134
CAPITULO IX DO MEIO AMBIENTE		
TITULO V	DISPOSIÇÃO FINAL	Art. 146.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO

PREAMBULO

“Nos vereadores, com os poderes deferidos pela Lei Orgânica do Município voltados para a construção de uma sociedade fundada nos princípios da soberania popular, da liberdade, da igualdade da ética e do pleno exercício da cidadania, em que o trabalho seja fonte de definição das relações sociais e econômicas, e a prática da democracia seja real e constante, em formas nacionais, a autonomia política e administrativa e os elevados valores da tradição gaúcha, promulgamos, sob a proteção de Deus, esta Lei orgânica do Município de São Martinho.”



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO

LEI ORGANICA DO MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO

TITULO I

Dos Princípios Fundamentais

Artigo 1º. O Município de São Martinho é parte integrante da República Federativa do Brasil, Estado do Rio Grande do Sul, autônomo em tudo que seja seu interesse local, nos termos desta Lei Orgânica, da Constituição Estadual e da Constituição Federal.

§ 1º . A ação municipal desenvolve-se em todo seu território, sem privilegio de distritos ou bairros, tendo como objetivo o desenvolvimento social e econômico, com a construção de uma comunidade livre, justa e solidária, fundamentada na liberdade, cidadania, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais do trabalho, na livre iniciativa e no pluralismo político, de forma a reduzir as desigualdades regionais e sociais, provendo o bem estar de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

§ 2º . O Município exerce o seu poder por decisão dos municíipes, através de seus representantes eleitos pelo sufrágio universal, direto e secreto, como expressão de soberania popular, a qual também poderá ser exercida por plebiscito, referendo e pela iniciativa popular, nos termos desta e Lei específica.

Artigo 2º São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Artigo 3º São símbolos do Município, a bandeira, o Brasão e os que vierem a ser estabelecidos por legislação própria.

Artigo 4º - O Município objetivando integrar organização, planejamento e a execução de funções publicas de interesse regional comum, pode associar-se aos demais municípios limítrofes.

TITULO II



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO

Da Organização do Município

CAPITULO I

Da Organização Político Administrativa

Artigo 5º O Município, no uso de sua autonomia política administrativa e financeira, é organizado e regido pela presente Lei Orgânica na forma da Constituição Federal e da Constituição Estadual.

Parágrafo Único – A Autonomia do Município se expressa:

I – pela eleição direta dos vereadores, que compõem o Legislativo Municipal;

II- pela eleição direta do Prefeito e Vice-Prefeito que compõem o Poder Executivo Municipal;

III - pela administração própria, no que própria, no que seja do seu interesse local;

IV – pela decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e aplicação de suas receitas.

Artigo 6º - O Município tem sua cidade de São Martinho, que lhe dá o nome que qualquer alteração territorial depende de consulta previa às populações diretamente interessadas, mediante plebiscito, podendo o território municipal ser dividido em distritos, mediante autorização de Lei Municipal.

CAPUTULIO II

Dos Bens e da Competência

Artigo 7º - São bens do Município de São Martinho. Os que atualmente lhe pertencem e os que lhe virem a ser adquiridos por qualquer forma.

Parágrafo Único.- O Município tem direito a participação no resultado da exploração de recursos minerais, pertencentes a ele, existentes em seu território, nos termos da Constituição da Republica.

Artigo 8º - Compete ao Município, na administração do que é do seu interesse e no exercício de sua autonomia:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO

- I- Organizar-se administrativamente, observadas as legislações Federal, Estadual e Municipal;
- II- Promulgar sua leis, expedir decretos, editar atos relativos aos assuntos de interesse local e suplementar à legislação federal e estadual;
- III- Administrar seus bens, adquiri-los aliená-los, aceitar doações e heranças e dispor de sua aplicação.
- IV- Desapropriar, por necessidade ou utilidade publica na forma prevista em Lei:
- V- Permitir, conceder e autorizar os serviços públicos de interesse local e os que lhes sejam concernentes, incluindo o transporte coletivo, táxis, e outros.
- VI- Organizar os quadros funcionais e plano de carreira, assim como estabelecer o Regime Jurídico de seus servidores.
- VII- elaborar e executar o Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e da expansão urbana.
- VIII- prover, no que couber, adequado ordenamentos territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.;
- IX- exigir, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de parcelamento ou edificação compulsórios, tributação progressiva no tempo do Imposto sobre Propriedade Urbana e desapropriação, com pagamento mediante títulos da dívida pública municipal, assegurados o valor real da indenização e os juros legais, nos termos de lei específica para a área incluída no Plano Diretor.
- X- Constituir a guarda municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, e da segurança do trânsito de veículos, conforme dispuser a Lei.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO

- XI- promover a proteção do patrimônio histórico-cultural, artístico e paisagístico local, observadas a legislação e ação fiscalizadora Federal e Estadual;
- XII- formalizar as contratações para a administração publica municipal, direta e indireta, inclusive as fundações publicas municipais, respeitadas as normas gerais da legislação federal;
- XIII- disciplinar a limpeza dos logradouros públicos, e remoção do lixo domiciliar e dispor sobre a prevenção de incêndio;
- XIV- fixar os feriados municipais, bem como o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais , de prestação de serviços e outros;
- XV- legislar sobre o serviço funerário e cemitério, fiscalizando os que pertencerem a entidades particulares;
- XVI- interditar edificações em ruínas ou em condição e fazer demolir construções que ameaçam a segurança coletiva
- XVII- regulamentar a fixação de cartazes, anúncios, emblemas e quaisquer de insalubridade e quaisquer outros meios de publicidade e propaganda;
- XVIII- regulamentar e fiscalizar as competições esportivas, o espetáculos e os divertimentos públicos;
- XIX- legislar sobre a apreensão e deposito de semoventes, mercadorias e moveis em geral, no caso de transgressão de lei e demais atos municipais, bem como sobre a forma e condições de venda das coisas e bens apreendidos;
- XX- legislar sobre os serviços públicos e regulamentar os processos de instalação, distribuição e consumo de água, gás, luz, e energia elétrica e todos os demais serviços de caráter publico;
- XXI- criar normas de construção nos logradouros e nos prédios públicos que se assegurem acesso adequado aos idosos, e as pessoas portadores de deficiência.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO**

Artigo 9º - É de competência do Município em comum com a União e o Estado:

- I- Zelar pela guarda da Constituição Federal, Estadual e as Leis desta esfera do governo, das instituições democráticas e à conservação do patrimônio público;
- II- Cuidar da saúde e da assistência social a população;
- III- Proteger o meio ambiente, entre outras disciplinares em lei quanto a:
 - a) evasão, destituição e descaracterização de seus bens de valor histórico, artístico e cultural;
 - b) poluição em qualquer de suas formas;
 - c) preservação das florestas, da fauna e da flora; bem como das águas superficiais ou subterâneas, fluentes, emergentes e em depósitos;
 - d) paisagens naturais notáveis;
- IV- execução de políticas de promoção de:
 - a) habitação;
 - b) transporte;
 - c) desenvolvimento urbano e rural;
 - d) segurança;
 - e) desenvolvimento agrícola, industrial, comercial e serviços;
 - f) educação, cultura e desporto;
 - g) turismo e lazer;
 - h) saúde;
 - i) social;
- V- Manter, com sua cooperação da União, e do estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;
- VI- proporcionar os meios de acesso a cultura, educação, ciência e a tecnologia;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO**

VII – O Município estabelecerá política de apoio e estímulo ao cooperativismo, a associação de micros e pequenas empresas, aos artesãos e outras formas de organização associativa;

VIII- o Município organizará sistema de programas de prevenção e socorro, nos casos de calamidade pública em que a população tenha ameaçados os seus recursos, meios de abastecimento ou sobrevivência.

CAPITULO III

Do Poder Legislativo

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 10. O Poder Legislativo do Município de São Martinho é exercido pela Câmara Municipal, composta por 09(nove) Vereadores, e funciona de acordo com o seu Regimento Interno.

Artigo 11. No primeiro ano de cada legislatura a Câmara reunir-se-á no dia 01 de janeiro para dar posse aos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito, bem como eleger sua Mesa Diretora e a comissão representativa, entrando após em recesso.

§1º - Ao Presidente da Mesa compete a Presidência da Câmara Municipal e, no seu exercício, representa-la à judicial e extra-judicialmente.

§2º A Mesa da Câmara terá a duração de seu mandato por um(01) ano e sua eleição, à exceção da primeira sessão legislativa de cada legislatura, dar-se-á na última reunião ordinária da sessão legislativa, na forma da Lei Orgânica e do seu Regimento Interno.

§3º - A duração da legislatura coincide com o mandato dos Vereadores.

§4º - é facultada a reeleição dos membros da Mesa Diretora.

Artigo 12 – A Câmara Municipal reúne-se, independentemente de convocação, a partir do dia 1º de março de cada ano, para abertura da Sessão Legislativa, funcionando ordinariamente até 15(quinze) de dezembro, em dia e horário estabelecidos no Regimento Interno, com recesso no mês de julho.

§ 1º - Nos demais meses, a Câmara de Vereadores ficará em seu recesso.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO

§ 2º - Durante o período legislativo ordinário, a Câmara realizará no mínimo duas sessões por mês.

Artigo 13. A convocação extraordinária da Câmara cabe ao seu Presidente, a um terço de seus membros, à Comissão Representativa ou ao Prefeito.

§1º Nas seções Legislativas extraordinárias da Câmara somente poderá deliberar sobre a matéria da convocação.

§2º Para as reuniões extraordinárias a convocação dos Vereadores será pessoal e com antecedência mínima de 48hs> (quarenta e oito horas) da reunião.

Artigo 14. A Câmara Municipal só poderá deliberar com a presença de, no mínimo, mais da metade de seus membros, e as deliberações são tomadas por maioria de votos dos presentes, ressalvadas as exceções previstas nesta Lei Orgânica e no seu Regimento Interno.

Parágrafo Único. O Presidente da Câmara votará somente quando houver empate, quando a matéria exigir presença de dois terços, nas votações secretas quando for necessário completar o quorum de deliberação.

Artigo 15. As reuniões da Câmara serão públicas e o voto é aberto, ressalvado o disposto nesta Lei Orgânica e no seu Regimento Interno.

Artigo 16. A prestação de contas do Município, referente a gestão financeira de cada exercício, será encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado até (31/03) do ano seguinte ao exercício financeiro.

Parágrafo Único. As contas do Município ficarão à disposição de qualquer munícipe, a partir da data da remessa das mesmas ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de sessenta dias para exame e apreciação, podendo ainda, questionar-lhes da legitimidade das mesmas.

Artigo 17 . Anualmente, dentro do prazo de sessenta dias do inicio da Sessão Legislativa, a Câmara receberá, em sessão especial, o Prefeito, que informará, através de relatório, o estado em que se encontram os assuntos municipais.

Parágrafo Único. Sempre que o Prefeito manifestar propósito de expor assuntos de interesse público, a Câmara o receberá em sessão previamente designada e com pauta constante da convocação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO

Artigo 18. A Câmara Municipal, ou suas comissões, a requerimento da maioria de seus membros, poderá convocar secretários municipais, diretores, titular e presidentes de autarquias ou de instituições de que participe o município, para comparecerem perante ela, a fim de prestarem informações sobre assuntos previamente designados e constantes na convocação.

§ 1º - Três dias úteis antes do comparecimento, deverá ser enviada a Câmara exposição em torno das informações solicitadas.

§ 2º Independentemente de convocação, quando aos agentes políticos definidos no caput desejarem prestar esclarecimentos ou solicitar providencias legislativas a qualquer Comissão, esta designará dia e hora para ouvi-los.

Artigo 19- Será instalada na Câmara Municipal Comissão Parlamentar de Inquérito a requerimento de, no mínimo, um terço de seus membros, para apurar possíveis irregularidades sobre o fato determinado, nos termos do Regimento Interno e na legislação vigente.

SECAO II

Das Atribuições da Câmara Municipal

Artigo 20 – Compete a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito:

I – legislar sobre as matérias atribuídas ao Município pelas Constituições da União e do Estado, e por esta Lei Orgânica;

II- votar:

- a) o Plano plurianual;
- b) as diretrizes orçamentárias;
- c) os orçamentos anuais;
- d) as metas prioritárias;
- e) o plano de auxílio e subvenções;
- f) Instalação de comissão processante;

III- promulgar leis, nos termos desta Lei Orgânica;

IV – legislar sobre tributos de competência municipal;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO**

V – legislar sobre a criação e extinção de cargos e funções do Município, bem como fixar e alterar vencimentos e outras vantagens pecuniárias;

VI – votar lei que disponham sobre a alienação de bens imóveis;

VII- legislar sobre a concessão de serviços públicos do Município;

VIII – legislar sobre a concessão e permissão de uso de próprios municipais;

IX – dispor sobre a divisão territorial do Município, respeitada a legislação Federal e Estadual;

X – criar, alterar , reformar ou extinguir órgãos públicos do município;

XI – deliberar sobre empréstimos e operações de credito, bem como a forma e meios de pagamento;

XII – transferir, temporária ou definitivamente, a sede do Município, quando o interesse público o exigir;

XIII – legislar sobre o zoneamento urbano, bem como sobre e denominação de vias, logradouros, e próprios públicos municipais;

Artigo 21 . é da competência exclusiva da Câmara Municipal :

- I- eleger sua Mesa Diretora, elaborar o seu Regimento Interno e dispor sobre sua organização e política administrativa;
- II- propor a criação e extinção de cargos de seu quadro de pessoal e serviços, dispor sobre o provimento dos mesmos, bem como a iniciativa da Lei que fixa e altera os seus vencimentos e outras vantagens;
- III- emendar a Lei Orgânica;
- IV- Representar, pela maioria de seus membros, para efeito de intervenção no Município;
- V- Sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do seu poder regulamentar;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO

- VI- A iniciativa da lei que fixa a remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito,e Secretários Municipais, em data anterior as respectivas eleições;
- VII- Fixar, por de sua iniciativa, a remuneração de seus membros, de uma legislatura para a subsequente, em data anterior às respectivas eleições;
- VIII- Autorizar o Prefeito a afastar-se do seu Município por mais de dez dias;
- IX- Autorizar o Prefeito Municipal subscrever e denunciar convênios e contratos de interesse municipal que independem de licitação;
- X- Exercer a fiscalização da administração financeira e orçamentária do Município, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado;
- XI- Julgar as contas do Prefeito;
- XII- Solicitar informações por escrito ao Executivo;
- XIII- Dar posse ao Prefeito, bem como cassar e declarar extinto o seu mandato, nos casos e na forma prevista nesta Lei Orgânica e Decreto 201/67;
- XIV- Conceder licença ao Prefeito;
- XV- Conceder títulos de cidadão honorário, ou qualquer outra homenagem honorária interna,e nos demais casos de sua competência privativa, que tenham efeitos externos por meio de decreto legislativo;
- XVI- Suspender a execução, no todo ou em parte, de qualquer ato, resolução ou regulamento municipal, que haja sido declarado infringente à Constituição Federal ou do Estado, à Lei Orgânica ou às Leis, pelo Poder Judiciário;
- XVII- Criar Comissão Parlamentar de Inquérito;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO

SEÇÃO III

Da Comissão Representativa

Artigo 22. A Comissão Representativa funciona no recesso da Câmara Municipal e tem as seguintes atribuições:

- I – zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo;
- II- zelar pela observância da Lei Orgânica;
- III_ autorizar o Prefeito a se ausentar do Município;
- IV -Convocar extraordinariamente a Câmara de Vereadores;
- V - Tomar medidas urgentes, de competência da Câmara Municipal;

Parágrafo Único . As normas relativas ao desempenho das atribuições da Comissão Representativa são estabelecidas no Regimento Interno da Câmara.

Artigo 23. A Comissão Representativa, constituída por numero ímpar de Vereadores, é composta pela Mesa e pelos demais membros eleitos com as seguintes os seguintes respectivos suplentes.

§ 1º A Presidência da Comissão Representativa cabe ao Presidente da câmara, cuja substituição se faz na forma Regimental.

§ 2º O Numero de membros eleitos da Comissão Representativa deve perfazer, no mínimo, um terço(1/3) da Câmara, observada, quando possível, a proporcionalidade de representação partidária.

Artigo 24 . A Comissão representativa deve apresentar dos relatórios trabalhos por ela realizados, quando de reinicio do período de funcionamentos ordinário da Câmara.

SEÇÃO IV

Dos Vereadores



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO**

Artigo 25. Os vereadores eleitos na forma da Lei, gozam de garantias que a mesma lhes assegura, pelas suas opiniões, palavras e votos proferidos no exercício do mandato, circunscrição de seu município.

Artigo 26.. É vedado ao Vereador:

I – desde a expedição do diploma:

a) celebrar contrato com a administração publica, salvo quando o contrato obedecer clausulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo em comissão do Município ou de entidade autárquica, sociedade de economia mista, empresa publica ou concessionária, salvo a função de secretário municipal, quando, assim, licenciar-se à da vereança.

II- desde a posse:

- a) ser diretor, proprietário ou sócio de empresa beneficiada com privilegio , isenção ou favor, em virtude de contrato com a administração publica municipal;
- b) ser titular de mais de um cargo eletivo;
- c) patrocinar causa contra a pessoa jurídica de direito publico municipal.

Artigo 27. Sujeita-se a perda de mandato o vereador que:

I – infringir qualquer das disposições estabelecidas no artigo anterior;

II- utilizar –se do mandato para a pratica de atos de corrupção, de impropriedade administrativa ou atentatório às instituições vigentes;

III- proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro de sua conduta publica;

IV – deixar de comparecer, sem que seja licenciado, a quatro sessões ordinárias consecutivas, ou a três extraordinárias consecutivas, que não sejam durante o recesso da Câmara, convocadas pelo Prefeito para apreciação de matéria urgente;

V – fixar domicilio eleitoral fora do município;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO

VI – deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo de dez dias.

§ 1º As ausências justificadas não serão consideradas faltas quando acatadas pelo plenário.

§ 2º é Objeto de disposições regimentais o rito a ser seguido nos casos deste artigo, respeitada a legislação Estadual e Federal.

Artigo 28. O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal, ou Diretoria equivalente, não perderá o mandato, desde que se afaste do exercício da vereança.

Artigo 29. No caso do artigo anterior, nos de licença, conforme disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores, e de legitimo impedimento e vaga, O vereador será substituído pelo suplente, convocado nos termos da Lei.

Parágrafo Único- O Legitimo impedimento deve ser reconhecido pela própria Câmara e o vereador declarado impedido será considerado em pleno exercício de seu mandato.

Artigo 30. O vereador afastado para tratamento de saúde, por enfermidade devidamente comprovada perceberá respectivo subsídio na sua integralidade.

SECAO V

Das Leis e do Processo legislativo

Artigo 31. O processo legislativo compreende a elaboração de:

I - emendas a lei orgânica do Município;

II- leis complementares;

III- leis ordinárias;

IV – decretos legislativos;

V – resoluções;

§ 1º São ainda, que entre outros, objeto de deliberação da Câmara Municipal, na Forma de regimento Interno:

I –autorizações;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO**

II - indicações;

III- requerimentos;

IV – moções;

V – portarias.

§ 2º Compete ao presidente da Câmara a promulgação dos Decretos Legislativos e Resoluções da Câmara de Vereadores, dentre outras proposições, nos termos desta Lei e do Regimento Interno da Câmara de Vereadores;

Artigo 32. A lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta:

I – de no mínimo, um terço dos vereadores;

II – do prefeito;

III – de pelos menos 5% do eleitorado do Município.

§ 1º Em qualquer dos casos deste artigo, a proposta será discutida e votada pela Câmara em duas sessões dentro de sessenta dias, a contar da sua apresentação ou recebimentos e havida por aprovada quando obtiver, em ambas as votações, dois terços, dos votos dos membros da Câmara.

§ A emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara, com o respectivo numero de ordem.

Artigo 33. È da competência do Prefeito a iniciativa das Leis que:

I- disponham sobre matéria financeira;

II- versem sobre matéria orçamentária, autorizem abertura de créditos ou concedem subvenções a auxílios;

III- criem cargos ou funções publicas, fixem ou aumentem vencimentos ou vantagens dos servidores públicos, ou de qualquer modo, aumentem a despesa, ressalvada as matérias reservadas à iniciativa privativa da Câmara Municipal de Vereadores.

IV- Criem ou suprimam órgãos ou serviços do executivo;

V- Disponha sobre a organização e situação de servidores do Poder Executivo;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO**

VI- Organize e disponha sobre a formação de Conselhos Municipais.

Artigo 34. A iniciativa das leis municipais, salvo nos casos de competência exclusiva, cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito ou ao eleitorado do Município.

Parágrafo Único. O eleitorado exercerá em forma de moção articulada, subscrita, por no mínimo, cinco por cento do eleitorado do Município.

Artigo 35. No inicio ou em qualquer fase da tramitação de projeto de lei de iniciativa do Prefeito, este poderá solicitar a Câmara Municipal que o aprecie, em regime de urgência, quando está disporá do prazo de quarenta e cinco dias a contar do pedido.

§ 1º Se a Câmara Municipal não se manifestar sobre o projeto, no prazo estabelecido no “caput” deste artigo, será este incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se quaisquer deliberação sobre os demais assuntos, para que se ultime a votação.

§ 2º O prazo deste artigo e seus parágrafos não correrá no de recesso da Câmara Municipal.

Artigo 36. A requerimento do vereador serão incluídos na Ordem do Dia os projetos de leis após decorridos trinta dias de seus recebimento, mesmo sem parecer.

Parágrafo Único. As proposições somente poderão ser retiradas da ordem do Dia a requerimento do autor aprovado pelo Plenário.

Artigo 37. O projeto de lei com parecer contrario de todas as Comissões é tido como rejeitado.

Parágrafo Único. A matéria constante de projeto de lei rejeitado ou não apreciado, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante acolhimento da maioria absoluta dos membros da Câmara, ressalvadas as de iniciativa do Prefeito Municipal.

Artigo 38. Os Projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal serão enviados ao Prefeito que, aquiscendo, os sancionará.

§ 1º Se o prefeito julgar o projeto em todo ou parte, inconstitucional ou contrario ao interesse publico, vetá-lo-á, total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados, daquele em que o recebeu, comunicando os motivos do voto ao Presidente da Câmara, dentro do prazo de 48 horas.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO**

§ 2º Vetado o projeto e devolvido à Câmara, será ele submetido, dentro de trinta dias, contados de seu recebimento, com ou sem parecer, à discussão única, considerando-se rejeitado-se, em votação secreta, obtiver o voto contrário da maioria absoluta da Câmara, caso em que será enviado ao Prefeito para promulgação.

§ 3º O voto parcial abrange todo o texto integral do artigo, parágrafo, inciso ou alínea.

§ 4º O silêncio do Prefeito, decorrido o prazo de que trata o parágrafo primeiro importa sanção.

§ 5º Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no § 2º, o voto será apreciado na forma do § 1º do artigo 35.

§ 6º Não sendo a Lei Promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Prefeito, nos casos dos §§ 2º e 4º deste artigo, O Presidente da Câmara promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente da Câmara fazê-lo, a qualquer tempo.

Artigo 39. Além, de outros projetos de Lei referidos por esta Lei e pelo Regimento Interno, será necessária a presença de no mínimo dois terços e as deliberações serão por maioria absoluta dos membros da Câmara de Vereadores quando se tratar de votação de projetos de lei que tratem sobre:

I – Código Tributário e as leis que instituem ou aumentem tributos;

II- O Plano Diretor;

III- O Código de Obras;

IV- O Código de Posturas;

V - O Código de Meio Ambiente;

VI -O estatuto dos Funcionários Públicos, com suas alterações;

VII_ de matéria que verse sobre interesse particular, auxílio à empresa, concessão de privilégios ou de empréstimos de doações pela Administração Municipal à terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas.

§1º Dos projetos previstos neste artigo, bem como das respectivas exposições de motivos, antes de submetidos à discussão da Câmara, será dada publicidade com a maior amplitude possível.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO**

§ 2º dentro de quinze dias, contados da data em que se publicarem os projetos referidos no parágrafo anterior, qualquer entidade organizada da sociedade civil poderá apresentar emendas ao Poder Legislativo.

§ 3º Os projetos de lei mencionadas neste artigo não serão submetidos ao regime de urgência de que dispõe o art. 35 desta Lei Orgânica.

CAPITULO IV

Do Poder Executivo

SECAO I

Do Prefeito e Vice-Prefeito

Artigo 40. O Prefeito é o chefe do Poder executivo Municipal, sendo eleito, juntamente com o Vice-Prefeito e os Vereadores, na forma da Legislação Federal.

§ 1º O Prefeito Municipal e o Vice-Prefeito serão empossados pelos vereadores no dia 1º de janeiro do ano subsequente às eleições, na sessão solene de instalação de cada legislatura.

§ 2º Se decorrido dez dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou o Vice_Prefeito, salvo motivos justificado aceito pela Câmara, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago pelo Plenário.

Artigo 41. O Vice-prefeito substituirá o Prefeito em seus impedimentos e suceder-lhe-á no caso de vaga.

§1º Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício da chefia do Executivo Municipal o Presidente da Câmara.

§ 2º O Vice-Prefeito, alem de outras atribuições que lhe são próprias, poderá exercer outras estabelecidas em Lei

Artigo 42. Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, far-se-á eleição noventa dias depois de abertura a ultima vaga.

§1º Ocorrendo a vacância, após cumpridos ¾(três quartos) do mandato do Prefeito, eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da ultima vaga, pela Câmara Municipal de Vereadores.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO**

§ 2º Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período de seus antecessores.

SEÇÃO II

Das Licenças e das Férias

Artigo 43. O Prefeito terá direito a trinta dias de férias anuais e a licença saúde sem prejuízo de sua remuneração.

§ 1º Ao entrar em férias, ou afastar-se do exercício do mandato, por qualquer forma, deverá transmitir o cargos ao seu substituto.

§ 2º O gozo das férias correspondente ao ultimo mandato, poderá ser antecipado para o segundo semestre daquele exercício, ressalvado o mês de dezembro; se não gozadas fará parte da rescisão; se reeleito, poderá gozá-las no ano subsequente.

O Prefeito Municipal deverá solicitar licença à Câmara, sob pena de extinção do seu mandato nos casos de:

- I- afastar-sedo Município por mais de dez dias;
- II- tratamento de saúde, por doença devidamente comprovada;
- III- Gozo de férias;
- IV – afastamento do exercício por interesse particular.

Parágrafo Único. O afastamento do exercício do mandato pelo Prefeito implicará, necessariamente, na sua substituição, conforme prevê o artigo 41 e seu parágrafo.

SECÇÃO III

Das Atribuições do Prefeito Municipal

Artigo 45. Compete privativamente ao Prefeito:

- I- representar o Município em juízo ou fora dele;
- II- nomear e exonerar os Secretários Municipais, os Diretores de autarquias e departamentos, alem de titulares de instituições de que participe o Município, na forma da Lei;
- III- iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previstos nesta lei;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO**

- IV- sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos, para a sua fiel execução;
- V- decretar estado de calamidade publica;
- VI- decretar estado de emergência;
- VII- vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- VIII- dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei;
- IX- declarar a utilidade ou necessidade publica de bens para fins de desapropriação ou servidão administrativa;
- X- Expedir atos próprios de sua atividade administrativa ;
- XI- Contratar a prestação de serviços e obras, abservando o processo licitatório;
- XII- Planejar e promover a execução dos serviços públicos municipais
- XIII- Prover os cargos públicos e expedir os demais atos referente a situação funcional dos servidores;
- XIV- Enviar, ao Poder Legislativo, o Plano Plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta lei;
- XV- Prestar, anualmente, ao Poder Legislativo, dentro de sessenta dias, após abertura do ano legislativo, as contas referentes ao exercício anterior.
- XVI- Prestar, a Câmara Municipal, dentro de quinze(15) dias de sua requisição, as informações solicitadas sobre fatos relacionados ao Poder Executivo e sobre matéria legislativa em tramitação na Câmara, ou sujeito à fiscalização do Poder Legislativo;
- XVII- Colocar a disposição da Câmara Municipal, dentro de quinze dias de sua reaquisição, as quantias de devam ser despendidas, de uma só vez ou até o dia 20 de cada mês, a parcela correspondente ao duodécimo de sua dotação orçamentária;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO

- XVIII- Resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidos em matéria da competência do Executivo Municipal;
- XIX- Oficializar, obedecidas as normas urbanísticas aplicáveis as vias e logradouros públicos;
- XX- Aprovar projetos de edificações e planos de loteamentos arruamento e zoneamento urbano ou fins urbanos;
- XXI- Solicitar auxílio da polícia do Estado, para garantia de cumprimento de seus atos;
- XXII- Revogar atos, administrativos por razões de interesse público e anula-los por vício de legalidade, observado o devido processo legal;
- XXIII- Administrar os bens e as rendas municipais, promover o lançamento, a fiscalização e a arrecadação dos tributos;
- XXIV- Providenciar sobre o ensino público;
- XXV- Propor ao Poder Legislativo o arrendamento o aforamento ou a alienação de próprios municipais, bem como a aquisição de outros;
- XXVI- Propor a divisão administrativa do município de acordo com a Lei.

SEÇÃO IV

Da responsabilidade do Prefeito

Artigo 46. Importam responsabilidade os atos do Prefeito ou Vice-Prefeito que atentem contra a Constituição Federal e Constituição Estadual e, especialmente:

- I – o livre exercício dos poderes constituídos;
- II – o exercício dos direitos individuais, políticos e sociais;
- III- a probidade na administração;
- IV- a Lei Orçamentária;
- V- o cumprimento das lei e das decisões judiciais;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO**

Parágrafo Único. O Processo e julgamento do Prefeito e do Vice-Prefeito será estabelecido no Regimento Interno da Câmara Municipal, observando , no que couber, ao disposto no artigo 86 da Constituição Federal e demais normas aplicáveis à espécie.

Artigo 47. São infrações político-administrativas cometidas pelo Prefeito Municipal sujeitas ao julgamento pela Câmara de Vereadores sancionadas com a cassação do mandato:

- I- impedir o regular funcionamento do Legislativo Municipal;
- II- impedir ou causar embaraços ao exame de livros, folha de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços municipais, por comissão de investigação da Câmara ou vereador, atendendo este deliberação plenária;
- III- desatender sem motivo justo, em quinze(15) dias bem como não observar o prazo legal, os pedidos de informações da Câmara, quando feitos de forma regular;
- IV- retardar a publicação ou deixar de publicar leis, e atos sujeitos à essa formalidade;
- V- deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo e forma regular, a proposta orçamentária (plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e orçamento anual);
- VI- descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro;
- VII- praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática;
- VIII- omitir-se ou negligenciar da defesa dos bens, rendas, direitos, ou interesses do Município, sujeitos à Administração Pública;
- IX- ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido em lei, ou afastar-se da administração do Município, sem autorização da Câmara de Vereadores;
- X- proceder de modo incompatível com a dignidade e decoro do cargo;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO**

- XI- fixar residência em outro Município;
- XII- deixar de tomar posse, sem motivo justo, nos termos estabelecidos nesta Lei Orgânica;
- XIII- efetuar repasse que supere os limites definidos no Artigo 29-A da Constituição Federal;
- XIV- não enviar o repasse do Poder Legislativo até o dia 20(vinte) de cada mês;
- XV- enviar a menor, o repasse do Poder Legislativo, à proporção fixada na Lei Orçamentária;
- XVI- exercer ou participar de cargos diretivos em empresas que possuam contratos ou gozem de favores da Administração Municipal;

§ 1º A denúncia por infração ao previsto nos incisos I, II, VIII e XI se recebida por dois terços, suspenderá o Prefeito Municipal de suas funções pelo período em que perdurar o processo de impedimento.

§ 2º Os dados e elementos que envolvam questões pessoais e particulares serão mantidos em sigilo, resguardando o direito à privacidade e à honra das pessoas envolvidas nos atos sob investigação da Câmara Municipal.

Artigo 48. Sob pena de incidir no previsto nesta seção, o poder Executivo enviará à Câmara Municipal, a relação dos contratos firmados pelo Poder Público Municipal, nos casos e condições disciplinados por Lei.

CAPITULO V

Da estrutura da administração Municipal

SEÇÃO I

Dos Secretários Municipais

Artigo 49. Os secretários do Município ao cargo de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito, escolhidos dentre brasileiros maiores de 18 anos, no gozo dos direitos políticos e estão sujeitos, desde a posse, às mesmas incompatibilidades e proibições estabelecidas para os vereadores, no que couber.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO

Artigo 50. Além das atribuições fixadas em Lei Ordinária, compete aos Secretários do Município:

- I- orientar, coordenar e executar as atividades dos órgãos e entidades da administração municipal na área de sua competência;
- II- referendar, os atos e decretos do Prefeito e expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos relativos aos assuntos de suas secretarias;
- III- apresentar, ao Prefeito, relatório anual dos serviços realizados por suas secretarias;
- IV- comparecer a Câmara Municipal nos casos previstos nesta Lei Orgânica;
- V- praticar os atos pertinentes às atribuições que lhes forem delegadas pelo Prefeito.

Parágrafo Único. Os decretos , atos administrativos referentes aos serviços autônomos serão subscritos pelo Secretários de Administração.

Artigo 51. Aplica-se aos titulares de autarquias e de instituições de que participe o Município o disposto nesta seção, no que couber.

SEÇÃO II

Das Assessorias

Artigo 52. São assessores diretos do Prefeito:

I- as funções de confiança diretamente ligadas ao Gabinete do Prefeito;

II- os Secretários municipais ou titulares de órgãos equivalentes;

Os Conselhos Municipais.

Artigo 53. Os Secretários Municipais e titulares de órgãos equivalentes, de livre nomeação e exoneração do Prefeito, serão providos nos correspondentes cargos em comissão, criados por Lei, a qual fixará o respectivo padrão de vencimentos e atribuições, observada a iniciativa privativa a cada caso.

SEÇÃO III



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO

Dos Conselhos Municipais

Artigo 54. Os Conselhos Municipais são órgãos governamentais que tem por finalidade auxiliar a administração na orientação, planejamentos, interpretação e julgamentos de matéria de sua competência.

Parágrafo Único. Os Conselhos serão formados por integração da comunidade, considerando os serviços prestados de relevante interesse público aos quais não caberá qualquer remuneração, ressalvados os casos e condições previstos em legislação pertinente.

Artigo 55. Através de lei específica as atribuições de cada Conselho, sua organização, composição, funcionamento, forma de nomeação dos titulares e suplentes, bem como o prazo de duração dos respectivos mandatos.

Artigo 56. Os Conselhos Municipais serão compostos por membros da comunidade observada a representatividade da administração, das entidades públicas, classistas e da sociedade civil organizada.

SEÇÃO IV

Dos Servidores Municipais

Artigo 57. São servidores do Município todos quanto se percebam remuneração dos cofres municipais.

§1º O quadro de servidores efetivos será constituído de cargos, classes e carreiras funcionais o qual preverá:

- I- as vantagens de caráter individual;
- II- as vantagens relativas à natureza e ao local de trabalho;
- III- os sistemas de promoções dos servidores, observando os critérios de antiguidade e merecimentos, este avaliado objetivamente.

§2º A Lei assegurará aos servidores, que por um quinquênio completo não houver interrompido a prestação de serviços ao Município e revelar assiduidade, licença premio de três meses.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO**

§3º Através de Lês serão definidos os direitos dos servidores do Município e os respectivos acréscimos pecuniários por tempo de serviço, vedada a acumulação destes com a concessão de acréscimos ulteriores.

§4º É garantido aos servidores públicos municipais o direito a livre associação sindical;

Artigo 58. Os cargos, empregos e funções publicas municipais são acessíveis a todos os brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em Lei.

§1º A investidura em cargo ou emprego publico, bem como nas entidades da administração indireta, depende de aprovação previa em concurso publico de provas e títulos, ressalvadas nas nomeações para cargos em comissão, declarados em lei, de livre nomeação e exoneração.

§2º As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivos, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira, nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em Lei, destinam-se apenas atribuições de direção, chefia e assessoramento.

§3º Aos detentores de cargos em comissão, confiança, função gratificada, e aos agentes políticos, quando na investidura ,nomeação e exoneração da função na administração publica devem apresentar declaração de bens, na forma da Lei Federal nº 84.29/92.

“§4º é vedada a nomeação aos cargos em comissão de livre nomeação e exoneração e funções de confiança o cônjuge ou companheiros, os parentes, consangüíneos , afins e por adoção até o primeiro grau do Prefeito Municipal, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores, no âmbito dos respectivos órgãos e Poderes.”

Artigo 59 . São estáveis, após três anos de exercício, os servidores nomeados para o cargo de provimento efetivo em virtude de concurso publico, após realizada avaliação de desempenho por Comissão especificadamente instituída para este fim.

Artigo 60. Os servidores estáveis somente perderão os cargos em virtude de sentença judicial, mediante processo administrativo disciplinar ou de avaliação de desempenho, assegurada a ampla defesa.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO**

Parágrafo Único. Invalidada, por sentença, e demissão, o servidor será reintegrado no respectivo cargo e quem lhe ocupava o lugar será exonerado ou, se estável e detinha outro cargo, a este reconduzido, sem direito a indenização.

Artigo 61.. Ficará em disponibilidade remunerada, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, o servidor cujo cargo for declarado extinto ou desnecessário pelo órgão a que servir , podendo ser aproveitado em cargo compatível , a critério da administração, se estável.

Artigo 62. Através de Lei Ordinária serão estabelecidos os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse publico.

Artigo 63. Ao servidor publico da Administração direta, de autarquia ou fundação publica no exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I- tratando-se de mandato eletivo Federal ou Estadual, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II- investido no mandato eletivo Federal ou Estadual, ficará afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III- - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo e, não havendo compatibilidade será aplicada a norma do inciso anterior;

IV- Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais exceto para promoção por merecimento;

V- Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Artigo 64. Os servidores públicos municipais deverão receber seus salários até o dia cinco do mês subsequente ao vencido.

§ 1º O Não cumprimento do disposto no caput deste artigo implicará, na data do efetivo pagamento dos salários, a atualização dos respectivos valores pelo índice de inflação ocorrido no período.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO**

§ 2] O Pagamento de décimo terceiro salário será efetuado atº o dia vinte de dezembro de cada ano.

§ 3º A revisão geral da remuneração dos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas, far-se-á sempre na mesma data e sem distinção de índices.

§4] A contribuição dos servidores, descontada em folha de pagamentos, bem como parcela devida, eventualmente, pelo Município, ao órgão ou entidade de previdência, deverão ser repassados até o dia 15 do mês seguinte ao da competência ou adaptar-se à legislação pertinente.

Artigo 65. Fica estabelecido que os aposentados e pensionistas do Município perceberão no mínimo o valor correspondente ao padrão I do funcionalismo municipal, nunca menor que o salário mínimo vigente, nos termos da lei.

Artigo 66. São direitos dos servidores municipais, alem de outros previstos na Constituição Federal,e Estadual, nesta Lei Orgânica e demais leis, os previstos no artigo 29, incisos I a XV da Constituição Estadual, disciplinados em Lei complementar.

Artigo 67. é vedada:

I – a remuneração dos cargos, de atribuições iguais ou assemelhados , do Poder Legislativo, superior a dos cargos do Poder executivo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas a natureza e ao local de trabalho;

II – a participação de servidores no produto da arrecadação de tributos e multas, inclusive da dívida ativa;

III – a acumulação remunerada de cargos públicos exceto quando houver compatibilidade de horários, observado o inciso VI deste artigo:

- a) a de dois cargos de Professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos privativos de médico;

VI – o pagamento de remuneração, provento ou pensão em valor superior ao subsídio do Prefeito Municipal.

Parágrafo Único. A proibição de acumular estende-se a cargos, funções ou empregos em autarquia e outras instituições de que faça parte o Município.

SEÇÃO V



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO

DA RESPOSABILIDADE

Artigo 68. O Município responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causaram a terceiros, sendo obrigatório o uso de ação regressiva contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, na forma da Constituição federal.

Artigo 69. É vedada, a quantos prestem serviços ao Município atividade política-partidária nas horas e locais de trabalho, nos termos da legislação eleitoral vigente.

Artigo 70. Os serviços essenciais de responsabilidade do Poder Público Municipal serão atendidos por profissionais admitidos através de concurso público de provas e títulos e, quando em regime de concessão, por prestadora de serviços que se habilitarem em processo de licitação para este fim.

TITULO III

Da tributação, das finanças e do Orçamento

CAPITULO I

Do Sistema tributário

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Artigo 71. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

- I- exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;
- II- instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente do denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO**

III- cobrar tributos:

- a) em relação a atos geradores ocorridos antes do inicio da vigência da lei que os houver instituído ao aumentado;
- b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituir ou aumentou;

IV – utilizar tributo com efeito de confisco;

V - estabelecer limitação ao tráfego de pessoas ou bens , por meio de tributos intermunicipais, ressalvada, a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Município;

VI – instituir impostos sobre:

- a) patrimônio, renda ou serviço da União ou do Estado.
- b) Templo de qualquer culto;
- c) Patrimônio, renda ou serviços de partidos políticos, inclusive suas fundações , das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da Lei;
- d) Livros, jornais e periódicos;

VII - Estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza em razão de sua procedência ou destino.

Parágrafo Único. Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas e contribuições só poderá ser concedido mediante lei específica que regule exclusivamente as relações acima enumerados relativos ao tributo correspondente.

SEÇÃO II

Dos Impostos do Município

Artigo 72. Compete ao Município constituir impostos sobre:

I -propriedade predial e territorial urbana;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO

II- transmissão intervivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos de aquisição;

IV- serviços de qualquer natureza, ano compreendido na competência do Estado, definida em Lei Complementar Federal, que excluir da incidência, em se tratando de exploração de serviços para o exterior;

§ 1º O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo, nos termos do Plano Diretor, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 3º As alíquotas dos impostos previstos nos incisos III e IV não poderão ultrapassar o limite fixado em Lei Complementar Federal.

SEÇÃO III

Das receitas tributárias repartidas

Artigo 73- É vedada a retenção ou qualquer restrição a entrega e ao emprego dos recursos atribuídos ao Município nesta seção, neles compreendidos os adicionais e acréscimos relativos a impostos.

Artigo 74- O Município acompanhará o cálculo das quotas e a liberação de sua participação nas receitas a serem repartidas pela União e pelo Estado.

Artigo 75- O Município divulgará até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, o montante de cada um dos tributos arrecadados e os recursos recebidos advindo das transferências constitucionais e convênios.

Artigo 76- Os recursos financeiros da Administração Direta e índices, de quaisquer órgãos públicos da esfera municipal, serão depositados e aplicados em instituições financeiras oficiais, inclusive para o pagamento de funcionários e prestadores de serviços, ressalvados os casos previstos em Lei.

CAPITULO II

Das Finanças Públicas e do Orçamento

Artigo 77- Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO

I – Plano plurianual;

II- as diretrizes orçamentárias;

IV- os orçamentos anuais;

§1º A Lei que estabelecer o plano plurianual fixará por localidades, bairros e regiões, as diretrizes, objetivos e metas da administração publica municipal e para as despesas de capitais e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração publica municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, que orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecera a política de fomento.

§ 3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre , relatório resumido de execução orçamentária.

§4º Os Planos e programas municipais, regionais, distritais de bairros e setoriais serão estabelecidos por lei específica e em consonância com o plano plurianual.

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I- orçamento fiscal referente aos Poderes legislativo e Executivo, seus fundos, órgãos e entidades de administração direta e indireta inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Publico Municipal.

II- O orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente , detenha a maioria do capital social com direito a voto.

III- A proposta da lei orçamentária será acompanhada de demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas decorrente de isenções, anistias, remissões e benefícios de natureza financeira e tributária.

§ 6º A Lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho a previsão de receita e a fixação de despesa, não se incluindo nesta proibição a autorização para



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO

abertura de créditos suplementares e contratação de operação de crédito, ainda que por antecipação de receita.

§7º Obedecerão as disposições da lei Complementar Federal específica a legislação municipal referente a:

- I- exercício financeiro;
- II- normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como instituição de fundos municipais.

Artigo 78- Os projetos de lei ao plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e a proposta do orçamento anual serão apreciados pela Câmara Municipal na forma do Regimento interno, respeitado o que dispõe este artigo.

§1º caberá à Comissão permanente de Finanças e Orçamento:

- I- examinar e emitir parecer sobre os projetos e propostas referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito;
- II- examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais, regionais, distritais, de bairros e setoriais, exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais Comissões da Câmara Municipal.

§2º As emendas só serão apresentadas perante a Comissão, que sobre elas emitirá parecer escrito.

§3º As emendas à proposta do orçamento anual ou aos projetos que modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II- indiquem os recursos necessários, admitidos apenas aos provenientes de anulação de despesa, excluídas as que indicam sobre:

- a) dotação para pessoal a seus encargos;
- b) serviço da dívida municipal;

III – sejam relacionadas:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO

- a) com a correção de erros ou omissões;
- b) com os dispositivos do texto da proposta ou projeto de Lei.

§4º As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§5º O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem a Câmara Municipal para propor modificação nos projetos e propostas a que se refere este artigo, enquanto não iniciada a votação, na Comissão, da parte cuja alteração é proposta.

§6º Os recursos que em decorrência de voto, emenda, rejeição ou ausência da proposta do orçamento anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com previa e específica aprovação legislativa.

§7º Aplicam-se aos projetos de lei referidos neste artigo, no que não contrariam o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 8º Os projetos de lei previstos neste artigo serão encaminhados pelo Prefeito Municipal à Câmara Municipal de Vereadores e devolvidos para sanção que seguem:

- I- O projeto do plano plurianual, que terá vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato do prefeito subsequente, será encaminhado até 31 de maio e devolvido para sanção até 31 de agosto.
- II- O Projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até o dia 30 de setembro e devolvido para a sanção até o dia 30 de outubro de cada ano.
- III- O projeto de lei orçamentária do município será encaminhado até o dia 05 de novembro e devolvido para sanção até o dia 20 de dezembro.

Artigo 79- São vedados:

- I- o inicio de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO**

- II- a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;
- III- a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares e especiais, com a finalidade precisa, aprovadas pela Câmara Municipal por maioria absoluta;
- IV- a vinculação de receita de impostos à órgão, fundos ou despesas, ressalvada a destinação destes recursos para a manutenção de contratos de financiamento por antecipação de receita;
- V- a abertura de créditos adicional suplementar ou especial sem previa autorização legislativa e a indicação dos recursos correspondentes, inclusive por transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para a outra e de um órgão para outro, sem previa autorização legislativa;
- VI- a concessão ou utilização de créditos limitados;
- VII- a utilização, sem autorização legislativa específica, decidida por maioria absoluta, de recursos do orçamento anual para suprir necessidade ou cobrir “déficit” de autarquias, empresas publicas, sociedades de economia mista, fundações ou fundos do Município;
- VIII- a instituição de fundos de qualquer natureza, sem previa autorização legislativa, definida por maioria absoluta.

§ 1º Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse em exercício financeiro, poderá ser iniciado sem previa inclusão no plano plurianual ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§2º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de suas saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente;

§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender as despesas imprevistas e urgentes, decorrentes de calamidade pública, criadas pelo Prefeito, por decreto, na forma da Lei.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO

Artigo 80. As despesas com pessoal ativo e inativo do Município não poderão exceder os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal.

Parágrafo Único - A concessão de qualquer vantagem ao aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta , inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, só poderão ser feitas:

I – se houver dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal ou acréscimos dela decorrentes;

II- se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista;

III - se as despesas referidas no caput, deste artigo ultrapassar os limites legais, deverá a autoridade competente efetivar os cortes, a fim de limitação aqueles patamares, fundamentando a decisão nos termos da legislação apropriada.

Artigo 81 Os recursos correspondentes as dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais destinados à Câmara Municipal, ser-lhe-ão entregues até o dia vinte de cada mês.

Artigo 82 – O Município, na execução de receitas a qualquer título, e mesmo no recolhimento de recursos à participação de membros da comunidade, em obras de interesse coletivo ou na forma de mutirões, comprovará, obrigatoriamente, o recebimento, através da emissão de recibo(conhecimento), em blocos oficiais numerados e contendo a assinatura do tesoureiro municipal.

Parágrafo Único. Quando os recursos configurarem participação da comunidade, em obras executadas pela Prefeitura ou em forma de mutirão, as receitas serão contabilizadas individualmente, em rendas diversas, de forma a se poder, em qualquer momento, conhecer o montante arrecadado em cada rubrica.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO

TITULO IV

Da Ordem Econômica e Social

CAPITULO I

Disposições Gerais

Artigo 83- na organização de sua economia, em cumprimento do que estabelecem a Constituição Estadual e Federal, O Município zelará pelos seguintes princípios:

- I- promoção do bem estar do homem com fim de promover a produção e o desenvolvimento econômico;
- II- valorização econômica e social do trabalho e do trabalhador, associada a uma política de expansão das oportunidades de emprego e de humanização do processo social de produção, com defesa dos interesses do povo;
- III- democratização do acesso á propriedade e dos meios de produção;
- IV- planificação do desenvolvimento, determinante para o setor publico e indicativo para o setor privado;
- V- integração e descentralização das ações publicas e setoriais;
- VI- proteção da natureza e ordenação territorial;
- VII- integração das ações do Município com as da União e do Estado, no sentido de garantir a segurança social, destinadas a tornar efetivos os direitos ao trabalho, educação,saúde, desporto,lazer, habitação e assistência social;
- VIII- estimulo à participação da comunidade, através de organizações representativas;
- IX- preferênci a aos projetos de cunho comunitário nos financiamentos públicos e incentivos fiscais.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO**

Artigo 84 – a intervenção do Município, no domínio econômico, dar-se-á por meios previstos em Lei, para orientar e estimular a produção, corrigir distorções da atividade econômico e prevenir abusos do poder econômico.

§ 1º No caso de ameaça ou efetiva paralisação de serviço ou atividade por decisão patronal, pode o Município intervir, tendo em vista o direito da população ao serviço ou atividade, respeitada a Legislação Federal e Estadual e os direitos dos trabalhadores.

§2º qualquer ato do Poder Executivo que implique intervenção ou encampação de uma empresa que presta serviço ao Município, será submetido no prazo de cinco dias , à Câmara Municipal para a apreciação e ratificação, aprovados por dois terços dos seus integrantes em até trinta dias, sendo que, findo este prazo, sem a manifestação do Poder Legislativo, cessarão os efeitos do ato administrativo.

Artigo 85. A organização econômica do Município tem por objetivo o combate a miséria, o analfabetismo, o desemprego, a marginalização do individuo, e êxodo rural, a economia predatória e todas as formas de degradação da condição humana e ambiental.

Artigo 86. Lei Complementar Municipal definirá normas de incentivo às formas associativas, cooperativas e as pequenas e micros unidades econômicas.

Artigo 87- Os planos de desenvolvimento econômico do Município terão objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida da população, a distribuição eqüitativa da riqueza produzida, o estímulo à permanência do homem no campo e o desenvolvimento social e econômico sustentável.

Parágrafo Único – Os investimentos do Município atenderão, em caráter prioritário, as necessidades básicas da população e deverão estar compatibilizados com o plano de desenvolvimento econômico, o plano plurianual , a lei de diretrizes orçamentárias e a lei do orçamento do respectivo exercício financeiro.

CAPITULO II

Da Política Urbana

Artigo 88- Na elaboração do planejamento e na ordenação de usos, atividades e funções de interesse social na área urbana, O Município visará:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO

- I – melhor qualidade de vida da população;
- II – promover a definição e a realização da função social da propriedade urbana;
- III- promover a ordenação territorial, integrando as diversas atividades e funções urbanas;
- IV – prevenir e corrigir as distorções do crescimento urbano;
- V – distribuir benefícios e encargos do processo de desenvolvimento do Município, inibindo a especulação imobiliária, os vazios urbanos e a excessiva concentração urbana;
- VI – promover a integração, racionalização e otimização da infra-estrutura urbana básica, priorizando os aglomerados de maior densidade populacional e as populações de menor renda;
- VII – impedir as agressões ao meio ambiente, estimulando ações preventivas e corretivas;

Artigo 89 – O parcelamento do solo para fins urbanos deverá estar inserido em área urbana ou expansão urbana definida em Lei Municipal.

Parágrafo Único. A aprovação da Administração Municipal de qualquer projeto para construção de conjuntos habitacionais ou loteamentos exigirá a edificação, pelos incorporadores, de escolas, praças, áreas para lazer e esporte, com capacidade para atender a demanda gerada pelo conjunto, nos termos da legislação própria.

Artigo 90- A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes fixadas em Lei te por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções da cidade e seus bairros, e dos aglomerados urbanos e garantir o bem estar dos seus habitantes.

§1º O Plano Diretor aprovado pela Câmara Municipal é o instrumento básico da política de desenvolvimento e da expansão urbana.

§ 2º A propriedade cumpre a função social, quando atende as exigências fundamentais de ordenação urbana expressas no Plano Diretor.

§ 3º Os imóveis desapropriados pelo Município serão pagos, com previa e justa indenização em dinheiro, salvo nos casos do inciso III do parágrafo seguinte.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO**

§4º O proprietário do solo urbano, incluído no Plano Diretor, com área não edificada ou subutilizada, nos termos da Lei Federal, deverá promover seu adequado aproveitamento sob pena, sucessivamente de :

- I- parcelamento ou edificação compulsórios;
- II- II- imposto sobre propriedade predial e territorial urbana, progressivo no tempo;
- III- Desapropriação.

Artigo 91- O Plano Diretor, instrumento básico de política de desenvolvimento e expansão urbana, tem, como objetivo, proporcionar um desenvolvimento socialmente justo, economicamente sadio e ecologicamente equilibrado, atendidos os seguintes princípios:

I – observar critérios ecológicos e de justiça social em seu planejamento, visando definir melhores alternativas de uso e ocupação do solo mediante preservação do meio ambiente municipal, de forma a conservá-lo em benefício da sociedade e da natureza.

II – assegurar a proteção de sítios e monumentos que integrem o patrimônio natural, histórico, paleontológico, arqueológico, étnico e cultural, demarcando também os espaços destinados a manifestações culturais e esportivas;

III- delimitar áreas representativas dos ecossistemas existentes no Município para implantação de unidades de turismo, lazer, recreação, traçando limites à sua utilização em vista da necessária preservação ambiental e conservação da fauna e flora existente;

IV – estabelecer o zoneamento ambiental, incluindo restrições a atividades poluidoras e edificações clandestinas;

V – propor mecanismos que solucionem conflitos de uso e ocupação do solo de ambientes urbanos, assegurando às populações de baixa renda o acesso à titulação de posse da terra, observando os preceitos legais aplicáveis;

VI – Determinar em que condições uma propriedade cumpre sua função social;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO**

VII – propor normas que obriguem os proprietário do solo urbano não edificado ou não utilizado, a promover seu adequado aproveitamento e uso;

VIII- elaborar diretrizes estruturais capazes de definir políticas de habitação, transporte, serviços urbano, infraestrutura, saúde, saneamento básico, meio ambiente e outros;

IX – O Conselho do Plano Diretor de desenvolvimento do Município terá garantida a participação de entidades da sociedade civil organizada, sendo sua composição paritária, definida em Lei;

X – respeitar a vocação ecológica de cada local;

XI – adotar área de micro bacias hidrográficas urbanas como unidade de planejamento, execução e analise de planos, programas e projetos e considerar o ciclo hidrológico em todas as suas fases.

§ 1º A elaboração do Plano Diretor será precedida, obrigatoriamente, da realização de um diagnóstico ambiental, m estudo este que deverá abordar os aspectos qualitativos dos componentes socioeconômicos, físicos, bióticos do Município, que constituirá um inventário.

§2º O Plano Diretor deverá ser revisto, no mínimo, uma vez a cada nova administração municipal, sendo que eventuais alterações daí decorrentes serão submetidas à aprovação da Câmara Municipal.

§ 3º O Município assegurará a participação das entidades comunitárias e das representativas da sociedade civil organizada , legalmente constituídas, na definição do Plano Diretor e das Diretrizes gerais de ocupação do território, bem como na elaboração e implementação dos planos, programas e projetos que dispõem os parágrafos anteriores.

§ 4º A Administração Municipal promoverá a cada triênio o levantamento das formas de núcleos habitacionais que não possuem condições de moradia satisfatórias, visando identificar a formação de favelas e evitar o crescimento econômico, inclusive através de convênios e parcerias com a iniciativa privada e outras entidades estatais.

CAPITULO III

Da habitação



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO

Artigo 92 – O Plano Plurianual do Município, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual contemplarão, expressamente, recursos destinados ao desenvolvimento de uma política habitacional de interesse social, compatível com os programas estaduais e federais desta área.

Artigo 93 – O Município promoverá programas de interesse social destinados a facilitar ao acesso da população à habitação, priorizando:

I – a regularização fundiária;

II – a implantação de infra-estrutura básica e de equipamentos sociais;

III – a implementação de empreendimentos habitacionais, com política específica voltada à habitação de caráter popular.

Parágrafo Único – O Município apoiará a construção de moradias populares, realizadas pelos interessados, por regime de mutirão, por cooperativas habitacionais e outras formas alternativas.

CAPITULO IV

Dos Transportes

Artigo 94- O Município estabelecerá política de transporte público municipal de passageiros para organização, o planejamento e a execução deste serviço, ressalvada a competência Federal e Estadual.

Parágrafo Único. A Política e transporte público municipal de passageiros deverá estar compatibilizada com os objetivos das políticas de desenvolvimento municipal, tanto na área urbana quanto no meio rural, e visará:

I – assegurar o acesso da população aos locais de emprego e consumo, de educação e saúde, de lazer e cultura, bem como outros fins econômicos e sociais essenciais;

II –otimizar os serviços para a melhoria da qualidade de vida da população;

III - minimizar os níveis de interferência do meio ambiente;

IV – contribuir para o desenvolvimento e a integração rural e urbana;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO

V – adequar seus horários de acordo com os estabelecidos nas escolas;

Artigo 95 – As empresas concessionárias e permissionárias dos serviços de transporte deverão conceder passe livre aos deficientes, nos termos definidos em Lei.

Parágrafo Único – Quando o deficiente necessitar de acompanhante, a este também poderá ser estendido o mesmo benefício.

Artigo 96 – Lei disporá sobre o regime das empresas concessionárias ou permissionárias dos serviços de transporte, em caráter especial de seus contratos e de sua prorrogação, bem como sobre as condições de caducidade, fiscalização e rescisão de concessão ou permissão , os níveis mínimos qualitativos e quantitativos dos serviços prestados, os instrumentos de implementação e as formas de participação comunitária.

CAPITULO V

Da Política Agrícola

Artigo 97 – O Município, no desempenho de sua organização econômica, planejará e executará políticas voltadas para a agricultura e abastecimento, especialmente quanto:

I – ao desenvolvimento da propriedade, em todas as suas potencialidades, a partir da votação e da capacidade de uso do solo, levada em conta a proteção do meio ambiente;

II – a implantação de áreas verdes, com a instalação de viveiros comunitários para a produção de mudas de espécies frutíferas, nativas ou exóticas, visando o reflorestamento conservacionista e energético;

III – a implantação de cinturões verdes;

IV – ao estímulo de centrais de compra para abastecimento de microempresas, micro produtores rurais e empresas de pequeno porte, com vistas à diminuição do preço final das mercadorias e produtos de venda a consumidor;

V – ao incentivo, a ampliação e a conservação da rede de estradas vicinais e da rede de eletrificação rural;

Parágrafo Único - O Município complementará, em convênio, com recursos orçamentários e humanos próprios, o serviço oficial de competência da União



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO

e do Estado, da pesquisa, assistência técnica e extensão rural, garantindo o atendimento gratuito aos pequenos produtores que trabalham em regime de economia familiar e assalariados rurais.

Artigo 98- O Município será dotado de uma política agrícola, que definirá normas de incentivos ao setor e, prioritariamente, as formas associativas e cooperativas, as pequenas e micro unidades econômicas que estiverem ligadas ao setor e que proporcionem benefícios diretos ou indiretos ao pequeno produtor rural.

Artigo 99 – O Município, na execução de sua política agrícola, buscará a promoção do desenvolvimento das pequenas propriedades rurais, através de fundo especial, para funcionamento de necessidades de investimento deste segmento de produtores.

Parágrafo Único – O fundo de que trata o “caput” deste artigo, poderá receber, alem de dotação orçamentária, recursos oriundos de captação em outras fontes e será regulado por Lei.

Artigo 100. – O Planejamento de uso adequado do solo deverá ser feito, independentemente de divisas ou limites de propriedade, quando de interesse publico.

§ 1º - Entende-se por uso adequado e adoção de um conjunto de práticas e procedimentos que visem a conservação, melhoramento e recuperação do solo, atendendo a função socioeconômica da propriedade.

§2º O Conjunto de práticas e procedimentos será definido a nível municipal, com a participação estadual, por técnicos legalmente habilitados.

CAPITULO VI

Da indústria e do Comercio

Artigo 101- O Município desenvolverá política de desenvolvimento industrial e empresarial, com o objetivo de melhorar as condições socioeconômicas da coletividade.

§1º - caberá ao Poder executivo, desde que aprovado pelo Poder Legislativo, a concessão de incentivos à implantação de novas industrias ou expansão de empresas existentes no Município.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO**

§2º A concessão de incentivos fiscais será normatizada através de Lei ordinária.

§3º A instalação de novas indústrias e ou expansão de empresas existentes no Município deverá estar de acordo com a preservação do Meio Ambiente, constante nesta Lei e legislação pertinente.

Artigo 102 – O Município realizará a articulação necessária a sua participação na política estadual de desenvolvimento científico e tecnológico.

CAPITULO VII

Da Educação, Cultura, do Desporto, do Lazer e to Turismo

SEÇÃO I

Da Educação

Artigo 103 – A educação, direito de todos e dever do Município e da família, baseada na justiça social, na democracia, no respeito aos direitos humanos, ao meio ambiente e aos valores culturais, visa ao desenvolvimento do educando como pessoa, a sua qualificação para o trabalho e ao exercício da cidadania.

Artigo 104 - Compete ao Município, articulado com o Estado, recensear os educandos para o ensino fundamental e fazer-lhes a chamada anualmente.

Parágrafo Único – Transcorridos dez dias do pedido de vaga, incorrerá em responsabilidade administrativa, a autoridade municipal competente que não garantir ao interessado devidamente habilitado, o acesso à escola fundamental.

Artigo 105- é assegurado aos pais, professores, alunos e funcionários organizarem-se em todos os estabelecimentos municipais de ensino, através de associações, grêmios e outras formas.

Parágrafo Único – Será responsabilizada a autoridade educacional que embaraçar ou impedir a organização ou funcionamento das entidades referidas neste artigo.

Artigo 106 – Os estabelecimentos públicos municipais de ensino a disposição das comunidades, através de programações organizadas em comum.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO

Artigo 107 – é vedada ás escolas publicas a cobrança de taxas e ou contribuições a qualquer titulo.

Artigo 108 – Integram o atendimento ao educando os programas suplementares de material didático escolar de lazer e recreação, transporte ,alimentação e assistência à saúde.

Artigo 109- É gratuito o ensino fundamental nas escolas publicas municipais.

Artigo 110 – As escolas municipais de ensino fundamental adotarão em seus currículos escolares conteúdos mínimos relativos ao associativismo, cooperativismo e sindicalismo, a organização rural, a preservação do meio ambiente e da memória histórica local, e das regras de transito, diluídos do conjunto de disciplinas curriculares vigentes, podendo tais matérias serem ministradas por professores ou técnicos com notório saber e comprovada experiência.

§1º A educação ambiental deverá ser promovida , em todos os níveis de ensino, deixando aos educadores a liberdade de escolha da forma a ser ministrada, bem como a conscientização publica para a preservação do meio ambiente.

§2º A secretaria de Educação Municipal, através da rede escolar de ensino publico municipal, oportunizará, através de programas com auxilio de outros órgãos públicos, o estudo sistemático do uso de alimentação adequada, alertando sobre os riscos e consequências do uso de aditivos químicos e agrotóxicos nos produtos alimentícios industrializados e agrícolas.

§3º As escolas municipais, observadas as condições de atendimento as necessidades básicas dos educandos, adotarão hortas e pomares, a fim de proporcionar o aprendizado técnico agrícola e melhorar a alimentação fornecida diretamente através da merenda escolar.

Artigo 111- Os recursos públicos destinados à educação serão aplicados no ensino publico, podendo também ser dirigidos ás escolas comunitárias através de convênios., desde que aprovados pelo Conselho Municipal de Educação e autorizados pela Câmara Municipal.

Parágrafo Único – Através de competente autorização e convênios coma União e o estado, serão criados, mantidos e terão garantido o seu pleno funcionamento,



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO**

colégios agrícolas, destinados a formação técnico-profissional dos filhos dos trabalhadores rurais, em cujo currículo constem matérias que atendam as reais necessidades de aprendizado de todas as atividades inerentes à agricultura.

Artigo 112 - É assegurado o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, garantida a valorização da qualificação, da habilitação e titulação do profissional do magistério, independente do nível escolar em que atue, inclusive mediante a fixação do piso salarial.

Parágrafo Único – Na organização do sistema municipal de ensino, serão considerados profissionais do Magistério Público Municipal, os professores e os especialistas em educação.

Artigo 113- Os diretores das escolas públicas municipais serão escolhidos por eleições diretas, na forma da lei.

Artigo 114- Os investimentos no setor da educação no Município serão no mínimo , de vinte e cinco por cento do Orçamento Municipal, conforme determinado pela Constituição Federal.

Parágrafo Único. – O Poder Legislativo Municipal poderá solicitar a comprovação dos dispêndios a que se refere o “caput” deste artigo, ao final de cada ano, devendo o Poder Executivo apresentar a documentação pertinente até trinta dias da solicitação.

Artigo 115 – O Poder executivo assegurará, aos professores das escolas Municipais, encontros e treinamentos específicos às atividades relacionadas ao magistério.

Artigo 116- O Poder Executivo garantirá, com recursos específicos o atendimento em creches e pré-escola às crianças de zero a seis anos.

Parágrafo Único – As creches do Município deverão ser atendidas por pessoas com curso de formação específica para a função.

Artigo 117 – O Município apoiará iniciativas, objetivando a criação de instituições de ensino médio e superior em seu território, inclusive por projetos pilotos, de expansão e pesquisa.



SEÇÃO II

Da Cultura

Artigo 118 – O Município apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, prioritariamente, as diretamente ligadas à história do Município, a sua comunidade e aos seus bens.

Artigo 119 – Constituem direitos culturais garantidos pelo Município:

I – a liberdade de criação e expressão artística;

II – o acesso à educação artística e ao desenvolvimento da criatividade, principalmente nos estabelecimentos de ensino, nos centros culturais e espaços de associações de bairros;

III – o amplo acesso a todas as formas de expressão cultural, das populares e eruditas e das regionais à universais;

IV – o apoio e incentivo à produção, difusão e circulação dos bens culturais;

V – o acesso ao patrimônio cultural do Município, entendendo-se com tal: o patrimônio natural e os bens de natureza material e imaterial, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade local, incluído-se entre esses bens:

a) as formas de expressão;

b) os modos de criar;

c) as criações artísticas, científicas e tecnológicas;

d) as obras, objetos, monumentos naturais e paisagens, documentos, edificações e demais espaços públicos e privados, destinados às manifestações políticas, artísticas e culturais;

e) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, científico e ecológico.

§ 1º O Município disporá, através de dotação orçamentária específica, o aporte de recursos para garantir a manutenção e o desenvolvimento da cultura do Município.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO

§2º - Cabe à administração publica do município, a gestão da documentação governamental, para franquear a consulta à população.

Artigo 120 - O Município manterá, através de orientação técnica do Estado, cadastro atualizado do patrimônio histórico local e do seu acervo cultural publico e privado.

Parágrafo Único - O Pano Diretor Municipal disporá, necessariamente, sobre a proteção do patrimônio histórico, cultural e ambiental local.

Artigo 121 – A Lei disporás obre o Sistema Municipal de Museus, arquivos e bibliotecas.

Artigo 122 – O Município colaborará com as ações culturais, devendo aplicar recursos para atender e incentivar a produção local e proporcionar o acesso da população à cultura de forma ativa e criativa.

§1º - O Poder Executivo assegurará, aos dirigentes das entidades culturais, encontros e treinamentos específicos às atividades relacionadas à cultura.

§ 2º O Município criará um Plano de desenvolvimento Cultural, que será administrado por um conselho, na forma da lei.

SEÇÃO III

Do Desporto e Lazer

Artigo 123- é dever do Município fomentar e amparar o desporto, o lazer e recreação, como direito de todos, observando:

I – a promoção prioritária de desporto educacional, em termos de recursos humanos, financeiros e materiais em suas atividades meio e fim;

II – a dotação de instalações esportivas e recreativas para as instituições publicas municipais, atendendo crianças, jovens e idosos;

III – a garantia de condições para a pratica de educação física, do lazer esporte ao deficiente físico, sensorial e mental.

Artigo 16. A prestação de contas do Município, referente a gestão financeira de cada exercício, será encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado até (31/03) do ano seguinte ao exercício financeiro.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO**

Parágrafo Único. As contas do Município ficarão a disposição de qualquer munícipe, a partir da data da remessa das mesmas ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de sessenta dias para exame e apreciação, podendo ainda, questionar-lhes da legitimidade das mesmas.

Artigo 17 . Anualmente, dentro do prazo de sessenta dias do inicio da Sessão Legislativa, a Câmara receberá, em sessão especial, o Prefeito, que informará, através de relatório, o estado em que se encontram os assuntos municipais.

Parágrafo Único. Sempre que o Prefeito manifestar propósito de expor assuntos de interesse publico, a Câmara o receberá em sessão previamente designada e com pauta constante da convocação.

Artigo 18. A Câmara Municipal, ou suas comissões, a requerimento da maioria de seus membros, poderá convocar secretários municipais, diretores, titular e presidentes de autarquias ou de instituições de que participe o município, para comparecerem perante ela, a fim de prestarem informações sobre assuntos previamente designados e constantes na convocação.

§ 1º - Três dia úteis antes do comparecimento, deverá ser enviada a Câmara exposição em torno das informações solicitadas.

§ 2º Independentemente de convocação, quando aos agentes políticos definidos no caput desejarem prestar esclarecimentos ou solicitar providencias legislativas a qualquer Comissão, esta designará dia e hora para ouvi-los.

Artigo 19- Será instalada na Câmara Municipal Comissão Parlamentar de Inquérito a requerimento de, no mínimo, um terço de seus membros, para apurar possíveis irregularidades sobre o fato determinado, nos termos do Regimento Interno e na legislação vigente.

SECAO II

Das Atribuições da Câmara Municipal

Artigo 20 – Compete a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito:

I – legislar sobre as matérias atribuídas ao Município pelas Constituições da União e do Estado, e por esta Lei Orgânica;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO

Artigo 130 – Cabe ao Município definir uma política de saúde e saneamento básico, interligada com os programas da União e do Estado, com o objetivo de promover a saúde individual e coletiva, de forma preventiva e terapêutica.

§ 1º O Município estabelecerá programas para a execução de saneamento básico das vilas e favelas, dos córregos e esgotos a céu aberto e todas as obras de infra-estrutura destinadas a preservação da vida.

§2º Os recursos repassados pelo Estado e pela União destinados à saúde não poderão ser utilizados em outras áreas.

§ 3º É dever do Município, em convênios com a União e o Estado, dotar de serviços de assistência médica com atendimento, imediato e desburocratizado à toda a população, ainda que importe na criação e instalação de serviços especiais.

Artigo 131 – O Município celebrará convênios com entidades assistenciais, filantrópicas e assemelhadas, objetivando o atendimento da saúde e da educação às pessoas carentes.

SEÇÃO II

Da Assistência Social

Artigo 132- O Município executará, na sua circunscrição territorial, com recursos da seguridade social, consoante normas federais, os programas e ação governamental na área da assistência social.

§1º - As entidades benéficas e da assistência social, sediadas no Município, poderão integrar os programas referidos no “caput” deste artigo.

§2º A comunidade, por meio de suas organizações representativas , participará na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Artigo 133- O Município realizará sua política de educação, prevenção, saúde, tratamento e reabilitação dos deficientes físicos e mentais, visando a sua integração social e profissionalização, através de seus próprios ou de convênios com o Estado e instituições privadas.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO**

Artigo 134- O Município é co-responsável pela assistência ao menor abandonado, cabendo-lhe o dever de proporcionar os meios adequados à sua manutenção e educação, pela integração do mesmo ao convívio comunitário.

Parágrafo Único – As ações do Município, na área da assistência social, serão organizadas com base na participação popular, através do Conselho Municipal de Assistência Social e das organizações comunitárias, na formulação das Políticas e no controle das ações em todos os níveis.

CAPITULO IX

Do Meio Ambiente

Artigo 135- Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo, restaurá-lo, para as presentes e futuras gerações, cabendo a todos exigir do Poder Público adoção de medidas neste sentido.

Parágrafo Único – Para assegurar a efetividade desse direito, o município desenvolverá ações permanentes de planejamento, proteção, restauração e fiscalização do meio ambiente, incubindo-lhe primordialmente:

I – prevenir, combater e controlar todo o tipo de degradação ambiental;

II- preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais, obras e monumentos artísticos, históricos e naturais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, definindo, em lei, os espaços territoriais protegidos, conforme inventário realizado na área municipal.

III - Fiscalizar e normatizar a produção, o armazenamento, transporte, o uso e destino final de produtos, embalagens, substâncias, potencialmente perigosas à saúde pública a aos recursos naturais, vedado o lançamento ao meio ambiente de substâncias químicas e biológicas, carcinogênicas, mutagenicas e teratogenicas;

IV – divulgar periódica e sistematicamente, informações na forma da lei, sobre agentes poluidores, níveis de poluição e situações de risco e desequilíbrio ecológico;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO**

V – definir critérios ecológicos, em todos os níveis do planejamento político social, e econômico;

VI – fomentar e auxiliar, técnica e financeiramente, os movimentos comunitários e entidades de caráter cultural, científico, educacional, recreativos, sem fins lucrativos, com a finalidade de proteger o meio ambiente e melhorar a qualidade de vida;

VII – proteger o ecossistema local, vedadas as pratica que coloquem em risco a sua função ecológica e paisagística, ou que promove a extinção ou submeta este processo de extinção as especiais de vida nele inseridas;

VIII – cadastrar, manter e fiscalizar as matas e unidade de conservação publicas municipais, fomentando o floresta mento ecológico e preservando, na forma da lei, as matas remanescentes do território do Município;

IX – incentivar a conservação e promover a recuperação dos cursos d água , bem como das áreas de encosta sujeitas a erosão e as matas ciliares que as protegem;

Artigo 136- A implantação de distritos ou pólos industriais, bem como de empreendimentos, definidos em lei Federal, Estadual, ou Municipal, que possam alterar significativamente ou de forma irreversível uma região ou vida de uma comunidade, dependerá de aprovação do órgão publico municipal ambiental local, da câmara de Vereadores e do referendo da população da região, mediante convocação na forma da Lei.

Artigo 137- respeitada a legislação federal e estadual, O Município não apoiará a instalação em seu território de plantas geradoras de eletricidade de origem nuclear.

Parágrafo Único – Fica proibido, em todo o território do Município, o transporte e o deposito ou qualquer outra forma de disposição de resíduos que tenham sua origem na utilização de energia nuclear e de resíduos tóxicos ou radioativos.

Artigo 138 – Toda área com indícios ou vestígios de sítios paleontológicos e arqueológicos deve ser preservada para fins de específicos de estudo.

Parágrafo Único – os órgãos de pesquisas e as instituições científicas oficiais e de universidades somente poderão realizar, em âmbito municipal, a coleta de material,



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO**

experimentação e escavações para fins científicos, mediante licença de órgão fiscalizador e dispensando tratamento adequado ao solo.

Artigo 139 – As unidades de conservação publica municipais são consideradas patrimônio publico inalienável, sendo proibida, inclusive, sua concessão ou cedência, bem como qualquer atividade ou empreendimento, publico ou privado, que danifique as suas características naturais.

Parágrafo Único – A lei criará incentivos para a preservação das áreas do interesse ecológico em propriedades privadas.

Artigo 140- A elaboração, implantação, execução e controle da política ambiental do Município ficará a cargo do Sistema Municipal de Meio Ambiente, que atuará em conjunto com a comunidade através de Conselho Municipal de Meio Ambiente, criado por Lei específica que, igualmente, disporá sobre aquele.

Artigo 141- O Município definirá, em lei as áreas consideradas reservas florestais urbanas, com vistas a assegurar a manutenção do equilíbrio ecológico do Município.

Parágrafo Único – As áreas que forem definidas como reserva florestal urbana deverão ser tombadas como patrimônio do Município.

Artigo 142- são áreas de interesse ecológico cuja utilização dependerá de previa autorização de órgãos competentes, consolidados por ato próprio da Câmara Municipal, preservados seus atributos especiais:

- a) as matas;
- b) as serras;
- c) os topos dos morros;
- d) as vertentes da serra;
- e) as cachoeiras;
- f) as encostas possíveis de deslizamentos;
- g) os cursos d'água;

Artigo 143- Fica vedada a caça e a pesca, fora dos parâmetros estabelecidos em Lei Complementar.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO**

Artigo 144- O Município deverá promover, estimular, ou integrar-se as ações que visem a conservação e ou recuperação do solo, rios e outros cursos d'água de caráter permanente, as paleodunas, os banhados e demais recursos naturais, tendo as bacias hidrográficas como unidades básicas para essas ações.

TITULO VI

Disposição Final

Artigo 145- Esta lei orgânica e o Ato das Disposições transitórias serão promulgados simultaneamente pela Mesa Diretora da Câmara de vereadores e entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ato das Disposições Transitórias

Artigo 1º Caberá ao Prefeito Municipal, num prazo não superior a dois anos, após a promulgação desta Lei orgânica, encaminhar ao Poder Legislativo a regulamentação das leis privativas de sua iniciativa.

Artigo 2º No prazo de dois anos após a promulgação desta Lei Orgânica, o Poder executivo apresentará proposta de racionalização da rede escolar de Ensino Público Municipal, considerando a melhor qualificação do ensino, da rede escolar, além de critérios quanto à ocupação mínima da sala de aula, distância mínima de acesso ao usuários e coeficiente aluno/professor, bem como a regionalização do ensino em pólos convergentes.

Artigo 3º O Município regularizará, no prazo de um ano após a promulgação desta lei, os desvios de funções existentes no quadro da administração pública, submetendo os servidores municipais a provas e testes de aptidão se necessária a readaptação destes servidores.

Artigo 4º No prazo de dois anos da promulgação da Lei Orgânica, serão sucessivamente encaminhados à Câmara de vereadores pelo Poder executivo, para adequação à esta Lei Orgânica, os projetos de lei de seguem:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO

- I – Código Municipal Tributário;
- II – Código Municipal de Posturas;
- III – Código Municipal de Meio Ambiente;
- IV – Código Municipal de Edificações;

Parágrafo Único- O Código Municipal de Meio Ambiente, a que se refere o inciso III deste artigo, disporá sobre a caça, peças, fauna, flora, proteção da natureza, das obras e monumentos artísticos e culturais, dos cursos d'água e dos recursos naturais e sobre o controle da poluição, definindo também infrações, penalidades e demais procedimentos peculiares, em concordância com o Código estadual do Meio Ambiente.

Artigo 5º] O Município promoverá, através da Secretaria da Agricultura e com apoio e colaboração do órgão especializado do Estado, nos três anos após a promulgação desta Leis Orgânica, um programa especial de reflorestamento de minifúndios, com vistas a recuperar economicamente as áreas não agricultáveis das pequenas propriedades rurais no Município.

Parágrafo Único – Este programa será regulado por Lei Ordinária e terá dotação orçamentária própria e específica.

Artigo 6º O Poder Público Municipal diligenciará, em conjunto com o estado e a União, junto ao local da nascente dos rios, um parque florestal, com vistas ao aproveitamento turístico e à preservação ecológica daquele local.

Artigo 7º O Município disciplinará por lei, todos os tombamentos e inventários quanto aos conjuntos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Artigo 8º O Município criará o Parque Botânico Municipal, localizado em área central do perímetro urbano, onde exista vegetação nativa.

Parágrafo Único – A criação, manutenção, administração e definição da área abrangente serão regulamentadas por lei específica.

Artigo 9º - O Município criará o Horto Municipal para resguardar espécies vegetais e suprir a população de mudas, disciplinado em Lei específica a área abrangente, a estrutura e organização.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO

Artigo 10 - Poder Público iniciará a elaboração de um Plano de saneamento Ambiental para o Município, de forma coordenada cuja abrangência contemple as alternativas de solução ecologicamente mais adequadas para:

Captação e distribuição de água, coleta, tratamento e disposição final de esgotos;

Coleta, tratamento e disposição e reciclagem de lixo; drenagem urbana.

Parágrafo Único – A elaboração PSA deverá incluir realização de diagnóstico ambiental completo e prever a participação popular nos termos do Artigo 41 desta Lei Orgânica, em todas as suas fases.

Artigo 11 – O Município estabelecerá, num prazo de seis meses, a partir de data de Promulgação da lei Orgânica, um programa especial de preservação natural dos peixes que povoam os nossos rios e riachos, proibindo a pesca com redes e tarrafas no período da desova.

Parágrafo Único – Este programa de equilíbrio do ecossistema anima terá seu planejamento implantação e fiscalização a cargo da secretaria Municipal de Agricultura, ficando os infratores sujeitos a multas na forma da Lei.

Artigo 12 – O Município promoverá, juntamente com a União, o Estado e Municípios banhados pelos rios existentes, estudos e levantamentos técnicos dentro do território do Município, com vistas à defesa animal, uso racional dos recursos hídricos e desenvolvimento social e econômico ecologicamente sustentável.

Parágrafo Único – O Município viabilizará projetos de contenção de enchentes quando da formação de convênios com os entes citados no caput deste artigo.

Artigo 13- O poder Executivo Municipal adaptará os atuais logradouros e prédios públicos ao acesso de deficientes físicos.

Artigo 14- O município deverá adotar planos municipais de cultura, de duração plurianual, aprovados pelo Conselho Municipal de Cultura e Câmara Municipal de Vereadores, por lei específica.

Artigo 15- O Município mandará imprimir esta Lei Orgânica para distribuição gratuita nas escolas e entidades representativas da comunidade, de modo que se faça a mais ampla divulgação do seu conteúdo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO

São Martinho-RS, 16 de novembro de 2004.

Adelino Jose Atuatti Presidente

Marcos Aurélio Justen Vice-Presidente

Gelson Antonio Knorst Secretário

COMISSAO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Clarice Terezinha Unser Presidente

Arnaldo da Silva Relator

Marcos Aurélio Justen Secretário

COMISSAO DE FINANCA E ORÇAMENTO

Mario Traesel Presidente

Marcos Aurélio Justen Relator

Ari Luis Hartmann Secretário